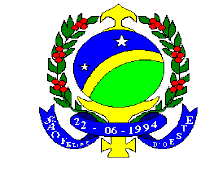
****

**MUNICIPIO DE SÃO FELIPE D’OESTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE D’OESTE**

**Av. Tancredo Neves, 165; fone/fax 069-3445-1381**

**www.camarasaofelipe.ro.gov.br**

**Email:** [**camarasaofelipe@hotmail.com**](mailto:camarasaofelipe@hotmail.com)

**Resolução**

**Nº 005/2020**

**29 de Junho de 2020**

“Fixa os subsídios dos vereadores e do presidente da Câmara do Município de São Felipe D’Oeste para a Legislatura 2021/2024 e dá outras providencias”.

O Presidente da Câmara Municipal de São Felipe D’Oeste-RO; no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte

Art. 1º - Os subsídios mensais dos vereadores da Câmara Municipal de São Felipe D’Oeste-RO; para viger na Sétima Legislatura (2021/2024) fica fixado em R$ 4.006,00 (Quatro mil e seis reais.)

§ 1º - Os subsídios mensais a que se refere o “caput” deste artigo serão devido ao vereador por sessão ordinária que efetivamente comparecer tomando parte nas votações.

§ 2º - O vereador que injustificadamente deixar de comparecer na sessão ordinária terá o subsídio mensal dividido pelo número das sessões ordinárias e descontado da folha de pagamento.

§ 3º - Não prejudicarão no pagamento dos subsídios a ausência de matéria a ser votada, a não realização da sessão por falta de “quorum”, relativamente aos vereadores presentes e o recesso parlamentar.

Art. 2º - Os subsídios mensais do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Felipe D’Oeste-RO; desde que efetivamente no exercício fica fixado em R$ 4.006,00 (Quatro mil e seis reais.)

Art. 3º - Os subsídios fixados nesta Lei serão reajustados de conformidade com o estabelecido nos Incisos VI do artigo 29 e X e XI do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei entende-se como Receita Municipal o somatório de todos os ingressos financeiros nos cofres públicos do município; exceto:

I – A receita de contribuição de servidores destinados a constituição de fundos de reservas para o custeio de programas de Previdência e Assistência Social, mantidos pelo município e destinado a seus servidores;

II – Operações de Crédito;

III – Receita de alienação de bens móveis e imóveis; e

IV – Transferências oriundas da União ou Estado através de convênios ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

São Felipe D’Oeste, 29 de junho de 2020.

Paulo Henrique Ferrari

Presidente

Aprovada em 29/06/2020

Publicada em 13/07/2020